

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Conselho Fiscal da **Fundação Libertas de Seguridade Social**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, em reunião ordinária realizada em 21 de março de 2014, concluiu o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa Método Direto e Eventos Médico Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Na análise das Demonstrações Financeiras foram considerados os seguintes procedimentos realizados pelo Conselho Fiscal: exames dos balancetes mensais, documentos e relatórios gerenciais de responsabilidade da Diretoria Executiva, revisão dos controles internos e o Parecer dos Auditores Independentes BAKER TILLY BRASIL sobre as Demonstrações Contábeis de 18 de março de 2014.

Em nossa opinião, observada a ênfase abaixo e a ênfase constante do Parecer dos Auditores Independentes, as Demonstrações Financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Plano de Assistência à Saúde da Fundação Libertas de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação aplicável às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando, portanto, em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho Deliberativo.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 4.8.2.5 – Autuações ISSQN – PBH, existem duas autuações relativas ao não recolhimento do ISSQN envolvendo dois períodos - janeiro de 1999 a dezembro de 2003 e novembro de 2006 a fevereiro de 2011. O processo relativo ao primeiro período foi julgado na esfera administrativa estando em fase de cobrança; o segundo período encontra-se em julgamento na esfera administrativa. O montante dos dois processos, atualizado para dezembro de 2013, é de R\$ 27.993 mil, sendo que R\$ 15.990 mil referem-se às atividades dos Planos Assistenciais cujo Patrimônio Social consolidado é de R\$ 7.811 mil, representando 48,8% do valor da contingência e uma eventual perda seria catastrófica para os Planos de Saúde.

Belo Horizonte, 21 de março de 2014.


Inês Aparecida Soares
Presidente


Mauricio Pereira de Jesus
Vice Presidente


Moisés Carlos Pereira
Conselheiro Titular


José Silveira Junior
Conselheiro Titular